

“A GENTE HOJE ESTÁ NO MAPA”: A RELAÇÃO DA CRÔNICA E O TERRITÓRIO NAS AGÊNCIAS DE JORNALISMO

Barbara Lima

Doctoranda

Afiliación institucional: Programa de Pós-graduação em Comunicação Social UFMG

Campos de investigación abordados: Comunicación e historia

Correo electrónico personal: barbaralimam55@gmail.com

Fecha de recepción: 15 de julio de 2023

Aceptación final: 8 de septiembre de 2023

SUMÁRIO

Este artigo analisa a proposta narrativa na crônica “A gente hoje está no mapa”, da Agência Pública, partindo de uma reflexão atenta para as relações entre a crônica e o território que, de certa forma, tensionam o projeto das agências de jornalismo. Esta crônica remonta o cotidiano dos moradores de Barra, no Rio Grande do Norte, permite que inquirimos as conformações históricas moderno-coloniais de saber e do poder em nosso país, com estratégias para se questionar e recontar histórias, a partir da margem. Interessa-nos analisar como a crônica, em sua tradição latino-americana, nos ajudam a compreender o território em suas dimensões de resistência e agenciamento, enquanto disputa política de grupos outrora subalternizados no jornalismo, nas relações geopolíticas e na historiografia.

Palavras-chave: Agência de jornalismo - Barra - Território - Crônica - Mapa.

“A GENTE HOJE ESTÁ NO MAPA”: LA RELACIÓN DE LA CRÓNICA Y EL TERRITORIO EN LAS AGENCIAS PERIODÍSTICAS

RESUMEN

Este artículo analiza la propuesta narrativa en la crónica “A gente hoje está no mapa”, de Agência Pública, a partir de una reflexión sobre las relaciones entre la crónica y el territorio que, en cierto modo, tensan el proyecto de las agencias periodísticas. Esta crónica recorre el cotidiano de los

habitantes de Barra, en Rio Grande do Norte, permite indagar en las conformaciones históricas moderno-coloniales del saber y del poder en nuestro país, con estrategias para cuestionarnos y recontar historias, desde los márgenes. Nos interesa analizar cómo la crónica, en su tradición latinoamericana, nos ayuda a comprender el territorio en sus dimensiones de resistencia y agencia, en tanto que disputas políticas entre grupos otrora subalternos en el periodismo, las relaciones geopolíticas y la historiografía.

Palabras-clave: Agencia de periodismo - Barra - Territorio - Crónica - Mapa.

“A GENTE HOJE ESTÁ NO MAPA”: THE RELATION OF THE CHRONICLE AND THE TERRITORY IN JOURNALISM AGENCIES

ABSTRACT

This article analyzes the narrative proposal in the chronicle “A gente hoje está no mapa”, by Agência Pública, starting from a reflection on the relation between the chronicle and the territory that, in a way, strain the project of journalism agencies. This chronicle traces the daily life of residents of Barra, in Rio Grande do Norte, allows us to inquire into the modern-colonial historical conformations of knowledge and power in our country, with strategies to question ourselves stories from the margins. We are interested in analyzing how the chronicle, in its Latin American tradition, helps us to understand the territory in its dimensions of resistance and agency, while political disputes between subaltern groups in journalism, geopolitical relations and historiography.

Keywords: Journalism agency - Barra - Territory - Chronicle - Map.

INTRODUCCIÓN

Diante uma variedade de experiências, temáticas e formatos de produtos midiáticos, o jornalismo no Brasil ainda é marcado por uma concentração midiática territorial e epistemológica muito desigual de grandes empresas de comunicação, no qual acabam por ofuscar o agenciamento e a participação de outras experiências no discurso jornalístico, e sobretudo, na historiografia nacional (Veiga da Silva, Moraes, 2019; Moraes, 2021). Nos aproximamos de Márcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2019) para tentar compreender como a alteração pela colonialidade do cenário cultural, político e nos saberes das sociedades, impulsionada pelo progresso e

a modernização, também interfere nos valores e discursos do jornalismo.

Neste artigo, propomos uma discussão inicial sobre as interferências de valores coloniais nessas totalizações dos saberes e discursos no jornalismo, considerando a relação de autoria e um olhar ainda muito externalista e hierarquizante diante das práticas e experiências narrativas heterogêneas. Entre esses discursos, nos atemos especificamente às práticas das agências de jornalismo. Desse modo, compreendemos inicialmente que as dinâmicas e relações com os territórios são pontos importantes para inquirir os



discursos universais das normativas jornalísticas em contraponto com uma prática das agências de jornalismo muito diversa. Assim, questionamos: Como os territórios periféricos fazem problema para os discursos e práticas das agências jornalísticas? Partimos especificamente do editorial da Agência Pública, ao sustentar um posicionamento político para relações de gênero e raça, que não se afasta da história de nosso subcontinente, aparentemente faz emergir as contradições de uma visada muito externalista e redutora das normativas moderno-coloniais dos valores no jornalismo.

Compreendemos que o território envolve uma relação que ultrapassa uma definição estática, se relacionando com uma apropriação do espaço por sujeitas e sujeitos, e por isso, dimensões de uma vivência encarnada que refaz e rearticula os seus sentidos e significados, que permeiam aspectos valorativos, políticos e econômicos. O território, lugar da incorporação na vivência cotidiana, da perspectiva local, complementa-se com a macro-história.

Nos auxiliam nesta tarefa alguns trabalhos e autores atentos às singularidades históricas, e uma visada política para as condições sociais dos territórios, como Fabiana Moraes (2021), Pedro Aguiar (2018) e Julio Ramos (2008). Como aponta Aguiar (2018), no cenário da Comunicação brasileira (como em outras formas de produção de conhecimento), as normativas das agências jornalísticas e suas redes de correspondentes ainda estariam submetidos a um ideal de modernização, a partir de valores europeus e estadunidenses, e pouco atentos em dialogar com outras epistemologias que constituem socialmente a América Latina.

Assim, propomos neste artigo uma reflexão interdisciplinar teórica-conceitual, a partir de autores de distintas áreas de conhecimento,

em suas singularidades espaciais e temporais, interessados nas condições históricas da América Latina. Além de um esforço metodológico, por uma tentativa de abarcar as relações políticas em produtos jornalísticos e de construções sociais e históricas de nosso subcontinente, também a partir das textualidades acionadas.

A nossa afirmação inicial é que o passado colonial é um elemento estruturador das sociedades latinoamericanas, em suas relações econômicas, políticas e culturais. A colonialidade continua a produzir hierarquias entre corpos e territórios (Quijano, 2005), impondo-se como uma forma de saber legítimo, na ciência e instituições, na vida pública e privada. Nos últimos anos têm ganhado fôlego pesquisas no campo da comunicação e jornalismo que incorporam a perspectiva decolonial como norteadora (Moraes, Silva, 2019, 2021; Carvalho et al., 2021, Albuquerque, 2022). Em nosso juízo, esta aproximação de pesquisadores da comunicação ao decolonial é importante e necessária para não perdermos de vista as singularidades históricas encarnadas, e as suas proposições de reparação para os territórios outrora ofuscados, ou até mesmo negados em suas relações.

Desse modo, metodologicamente, além do editorial, percorremos a seção “Crônicas” do site da Agência Pública, por entendermos que na “prática”, a própria produção de crônicas em uma agência de jornalismo aponta contradições no que se estrutura enquanto valores para um tempo acelerado na produção das notícias. Especificamente a crônica “A gente hoje está no mapa”¹, publicada por de Étore Medeiros em 2018, oferece um caminho de análise que acompanha o argumento que aqui propomos, entre as relações territoriais, históricas e epistemológicas. A crônica de Étore é instigante e o lugar



de partida de nosso artigo, pois o autor traz o município de Barra, próximo de Parelhas, no Rio Grande do Norte, como a relação territorial de referência para a reportagem e para o mapa do Brasil. Barra também é o cenário na produção do filme *Bacurau* (2018), dirigido por Kleber Mendonça, que retrata o cotidiano do município, uma região que é acometida por uma série de negligências e tentativas de apagamento por instituições e discursos.

A colonialidade seria então, a epistemologia que continua a certificar as relações de dominação. Como afirma o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), a “colonialidade do poder” se consolida na formação dos Estados-nacionais colonizados como episteme violenta que guia padrões econômicos, tecnológicos, o saber, culturas e corpos. Ou seja, uma forma de lidar com o espaço-tempo determinada, e calcificada em uma identidade e poder como referência para raça e gênero. Essas relações coloniais, que estão marcadas pela diferença entre Europa e América Latina, e posteriormente também nos discursos nacionalistas, marcam valores culturais que se manifestam a partir do binarismo, na existência de um “Eu” predatório que dizima os possíveis “outros” (Segato, 2012). Esse parâmetro de conhecimento, de saber o mundo, também se consolida nas instituições, e torna-se referência no jornalismo e para as agências de notícias (Aguiar, 2018).

O texto de Étore nos oferece um lugar de análise, que por nossa percepção inicial, nos auxilia a atender a nossa pergunta: De que modo a crônica de Étore que parte do município de Barra como a “centralidade” geoepistemológica, propõe uma inversão na dinâmica de poder es-

paço-temporal impulsionando uma restituição histórica? Ou ainda, como a crônica, ao considerar o contexto histórico e político do território, criam condições para emergência de outras possibilidades narrativas das periferias?

Partimos da hipótese de que os territórios, conhecimentos e corpos nas formações nacionais dos países da América Latina ainda são compreendidos em suas estruturas de forma bastante binarista² (Segato, 2012) nas agências de notícias, ou seja, dado por uma hierarquia e ofuscamentos de outras narrativas. Entendemos que para refletir sobre as agências de jornalismo, é preciso partir de uma rede geográfica simbólica com poder e direitos mal distribuídos, no qual certos territórios são privilegiados em detrimento de outros (Aguiar, 2016).

Desse modo, o nosso movimento metodológico neste artigo envolve dois caminhos analíticos que se inter cruzam: compreender as fissuras que a seção “Crônicas” da Agência Pública impõe às agências de notícias que ainda reproduzem valores e discursos moderno-coloniais, e como se amparam no progresso como condição temporal. E especificamente a crônica de Étore Medeiros que, indica uma subversão à dinâmica de poder e saber geográfico e simbólico nos valores de um jornalismo nacional, ao trazer o povoado de Barra como referência a partir das marcações políticas para território, raça e gênero.

AGÊNCIA PÚBLICA E A CRÔNICA “A GENTE HOJE ESTÁ NO MAPA”

Na seção editorial “Quem Somos” do site da Agência Pública, é apresentado definições e

1. Disponível em: <<https://apublica.org/?s=a+gente+hoje+esta+no+mapa>>

2. Visitamos também o “Mapa do jornalismo independente” da Agência Pública, de 2016, para o levantamento das agências jornalísticas brasileiras que são geridas por outras formas de financiamento (em geral, doadores,



descrições editoriais do site, além de uma breve passagem pelo histórico do projeto. O que nos chama a atenção de imediato é a relação com gênero e o território, isto porque, como descrevem, a Pública foi fundada em 2011 por repórteres mulheres, com o intuito de produzir jornalismo investigativo sem fins lucrativos, e também para fomentar esta prática na América Latina. Ao afirmarem terem uma preocupação social, um comprometimento com a equidade de gênero na cena política e para os impactos ambientais por empresas e o poder judiciário, parecem ter como propósito apontar como problema um certo apagamento dessas instituições para as relações ambientais e sociais a serem encaradas enquanto concomitantes.

Por outro lado, compreendemos que a Agência Pública também reproduz em certos argumentos uma construção próxima aos valores normativos do jornalismo³, ao recobrar valores como a “isenção” e a “inovação na apuração da realidade” (Quem Somos, Agência Pública). Entretanto, como veremos adiante, acreditamos que a Pública tensiona as conformações de espaço, e de corpos preteridos pela rede de coberturas das agências jornalísticas, ao fincar como interesse as relações políticas desiguais no território brasileiro e na América Latina.

Nessa seção editorial do site, a Pública também afirma que distribui os seus conteúdos gratuitamente, com exigências para os direitos autorais, e a não alteração do material. É uma agência que depende de financiamentos coletivos, doações e parcerias com instituições como The Reva &

David Logan Foundation, Ford Foundation, Oak Foundation, Climate and Land Use Alliance, Open Society Foundation, Instituto Betty e Jacob Lafer, Ashoka, Ibirapitanga, Heinrich Boll Sftung e NGOsource. Também é membro da Ajor, que propõe parcerias e projetos conjuntos às mídias e agências associadas.

Além das questões de financiamento e econômicas, a Pública amplia a sua cobertura territorial para distintos estados e regiões do Brasil, por mais que a sua sede física seja em São Paulo. O que nos instiga, neste nosso mapeamento inicial partindo de informações providas pela própria Agência Pública, é perceber as dinâmicas territoriais que contribuem a constituição de uma agências de jornalismo, podendo nos revelar ainda algumas relações de poder e saber com o tempo, o espaço, de autoria, e nos regimes de memória e esquecimento.

Enquanto historicamente as agências de notícias nacionais priorizam certas coberturas de países europeus e norte-americanos, e também, em dinâmicas “internas”, concentradas no eixo Sul-Sudeste, e nas próprias cidades e periferias (Aguiar, 2018), a agência Pública aparentemente se atenta para pautas sobre regiões que não necessariamente correspondem aos grandes centros e metrópoles. Na seção destinada à escrita de crônicas, as reportagens circundam estas temáticas em reflexão sobre os lugares do saber e conseqüentemente, da produção jornalística. Especificamente, partimos do texto “A gente hoje está no mapa”, pois compreendemos que a crônica se aproxima das discussões decoloniais ao inferir uma outra ordem para as relações com

relações com instituições voltadas para os interesses editoriais, projetos e monetização). Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

3. Visitamos também o “Mapa do jornalismo independente” da Agência Pública, de 2016, para o levantamento das agências jornalísticas brasileiras que são geridas por outras formas de financiamento (em geral, doadores, relações com instituições voltadas para os interesses editoriais, projetos e monetização). Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>



as fontes, os arquivos, com o tempo e territórios, confrontando certas conformações coloniais-modernas e binárias.

Márcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2019) afirmam como, nesta relação de valores binaristas, o jornalismo moderno é uma epistemologia restritiva que delimita quais corpos e territórios importam «construindo noções de realidade e delimitando as condições de pensamento tanto do campo quanto de suas inter-relações com a sociedade» (Veiga da Silva, Moraes, 2019, p. 95). Isto é, como forma de conhecimento e instituição, a colonialidade age nos interesses mercadológicos e econômicos do jornalismo, e sobretudo, com um discurso sobre como é possível adquirir uma validação no campo. Nesse sentido, as agências de notícias são um dos locais que a episteme moderna-colonial também tenta controlar e delimitar a partir de um tempo acelerado como condição para a notícia.

Com definições geopolíticas, as agências de jornalismo acabam centralizando os lugares e países que merecem destaque no fluxo de informações por privilégios econômicos, políticos e mercadológicos. Os países do Norte Global comumente ocupam esta posição diante as agências do Sul Global, retificando um contexto de assimetrias de poder e saber (Aguiar, 2016, 2018). No caso brasileiro, como argumenta Pedro Aguiar (2016, 2018), essas relações se dão em âmbitos interregionais, isto porque as agências se ligam aos conglomerados jornalísticos e possuem um vínculo estritamente nacional. E assim, as relações binaristas de poder e saber coloniais entre Norte central e Sul periférico são reproduzidas, no qual «agências do eixo Rio-São Paulo alimentam e ditam a pauta de jornais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste» (Aguiar, 2016, p. 56).

Assim, por uma identidade muito bem definida e entre fronteiras excludentes, o saber jornalístico torna-se limitado e limitante diante uma prática extensa de territórios, corpos e subjetividades. Torna-se incapaz de responder e localizar o que seriam as outras experiências narrativas, por exemplo, conseguir explicar onde está Ruanda no mapa (Veiga da Silva, Moraes, 2019), assim como outros países e povos prejudicados pela colonização. Nesse sentido, argumentamos que a episteme colonial age na historiografia nacional, como no jornalismo, por uma tentativa de apagar a história, a cultura e os saberes a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e território.

A antropóloga argentina Rita Segato (2012) nos oferece uma visão para uma racionalidade moderna amparada pela colonialidade sobre os corpos, epistemologias e saberes que não compartilhem de seus preceitos e classificações, negando-os um aprofundamento histórico e a densidade de suas diferenças. De acordo com a autora, o projeto de colonialidade que continua balizando os Estados-nação da América Latina. Com merofologias e distintas estratégias, se recai principalmente, sobre o engessamento de posições identitárias, a partir da racialização que divide de forma binária e hierárquica, as/os sujeitas/os entre não-brancos (indígenas e negros) e brancos, e a posições de gênero, ou seja, instaura-se uma identidade neutra e canônica, e o seu «Outro», designado enquanto sobra, à margem.

Nessa interpretação, os grupos excluídos são apresentados sem possíveis vínculos históricos, atravessamentos, afetos e sentimentos. E isto acontece a partir de um lugar mantido por uma visão universal, de um sujeito, bem definido e resolvido em sua identidade, e o mundo, de forma horizontalizada e verticalizada, em relação hie-



rárquica. A modernidade- colonialidade, ao produzir e acelerar os apagamentos de diferenças na historiografia, apresenta um projeto prático e palpável, a partir da colonização de nosso subcontinente, pelos corpos indígenas, e que posteriormente faz da escravidão de diferentes povos africanos e afrobrasileiros o seu pilar econômico sistematizado. Esse projeto prático político e econômico de encobrimento do dissidente (Dussel, 1994), e da conquista de espaços e territórios (Sodré, 2002), ao mesmo tempo que tenta despolitizar os vínculos sociais de povos indígenas e negros, pelo propósito da racialização, também destitui dos territórios o seu lugar de agência, pela consciência universalista.

Frente a essa tentativa de sincronização de temporalidades e territórios muito diversas e de uma individualização das relações, existem outras mídias e formas narrativas que se deslocam dessa ubiquidade, isto porque, o solo nacional abriga uma diversidade de realidades históricas e outras definições para o «ser moderno».

Desse modo, com estratégias narrativas que tentam fissurar a colonialidade, a crônica «A gente hoje está no mapa» remonta a história dos moradores do município rural de Barra. A descrição feita pelo jornalista Étore Medeiros oferece uma construção do espaço e da paisagem do lugar, ao afirmar quando esteve em Barra: entre «as enormes cabrieiras de 20, 30m de altura» e as «verdes carnaúbas, espécie de palmeira do semiárido nordestino», o povoado de Barra «dão ricas mostras da resistência da Caatinga». O cenário construído se assemelha com a visualização de uma paisagem do sertão nordestino, porém, como a descrição do ambiente remonta, não é um lugar vazio de agência, mas atravessado pelo cotidiano de quem ali vive. Desse modo, percebemos como a Caatinga e o corpo são paralelos e dialógicos por distintas interpretações,

entre os agenciamentos da paisagem que acomete o cotidiano dos moradores, e como o povoado também modifica e forma o território.



Figura 1: Capim dourado Caatinga/ Tadeus Cardoso morador de Barra e figurante no filme Bacurau



Fonte: Crônica «A gente hoje está no mapa», site Agência Pública

Entendemos que essa construção de uma ambientação e de resistências da população de Barra na crônica de Étore se aproxima de uma tentativa de cingir uma concepção hierárquica e excludente da colonialidade que atribui uma hierarquia para determinados corpos, regiões e formas de vida. Iniciamos com essa reflexão, pois em nossa história nacional ainda somos confrontados com uma visão para cidades do Norte e do Nordeste enquanto vazios temporais, como se fossem territórios apartados,

não-modernos, associados a uma imagem mítica do passado destas regiões, que acabam por afirmar a posição binária da moderna-colonialidade entre humano/não-humano; centro/periferia; natureza/urbano; imparcialidade/parcialidade etc. Desse modo, almejamos um movimento que possa, de algum modo, causar fissuras ao binarismo condicionado pela cultura ocidental, como também aos valores jornalísticos que não suportam a diferença coexistente em seus discursos e construção epistemológica.

Em certa passagem do texto, Étore afirma: «Se na obra de ficção (de Kleber Mendonça) a comunidade do Bacurau corre o risco de sumir, o filme botou a Barra no mapa». O filme do diretor Kleber Mendonça Filho, ao sugerir uma história na qual a comunidade fictícia de Bacurau está travada por disputas cotidianas na insegurança e pelas táticas de resistências da população, é simultâneo à crônica que aponta para a população de Barra ser um município que recobra um pertencimento no espaço e na história nacional. Consideramos esta afirmativa de Étore, porém oferecemos como argumento que Barra sempre existiu no mapa, porém obliterada pela cortina hierárquica da colonialidade, que impõe uma visão turva para certos corpos e espaços e também para os lugares que interessam para serem mapeados.

Nesse sentido, em certo ponto do texto, os moradores José Auri de Azevedo Alves e Tadeus Cardoso recordam a situação do município de Barra em períodos chuvosos, ou como chamam de inverno e seca verde. Durante esse período chuvoso, que auxilia na subsistência de famílias no plantio de alimentos, sobretudo de feijão e milho, também ocorre o alagamento das estradas de terra. A mobilidade torna-se então, um problema, com as estradas interditadas e alagadas. O jornalista Étore retorna a uma matéria de 1978 do jornal Diário de Natal, para afirmar:

«o asfaltamento entre a Barra e Parelhas estava previsto para aquele ano – mas nunca chegou a acontecer». Revisitar o arquivo do jornal torna-se uma estratégia para perceber como o passado está em ação no presente da população de Barra, e neste caso, também ressignifica as formas de produzir jornalismo que segue pautado pelo discurso moderno-colonial, presentista e atualista através do qual o passado é pacificado e não problemático diante um tempo a ser constantemente acelerado (Jácome, 2020). Dessa forma, é perceptível como a crônica assume outros contornos para o tempo e o espaço, e é, de certa forma, antítese dos discursos jornalísticos presentistas e objetivistas.

No próximo tópico discutiremos e exploraremos com maior fôlego a relação das agências de notícias e a crônica, de modo que possamos acesar os questionamentos que nos movem nesta escrita: Como podemos compreender a crônica sobre o povoado de Barra como lugar vivo que fissa a fronteira colonial do jornalismo?

A ANTÍTESE ESPAÇO-TEMPORAL: A CRÔNICA NA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

De acordo com Pedro Aguiar (2018) as agências de notícias da América Latina participam da geopolítica também com o objetivo de independência informacional, contra as tentativas de controle e colonização no fluxo de informação pautados nos interesses do Norte Global (Aguiar, 2018). Em outras palavras, na concepção moderna e mercadológica, as agências periféricas ainda deveriam prestar contas, e estabelecer acordos com os países “desenvolvidos”, pela precariedade de recursos materiais e organizacionais.

No caso brasileiro, no qual as agências são vinculadas às mídias jornalísticas, essa disposição se relaciona com uma relação espacial



na hierarquização e na acentuação de desigualdades entre estados e regiões, como também nas relações urbanas com as periferias. Isto porque, além da rede de correspondentes das agências do Sul ainda serem pautados pelos interesses de países do Norte Global, também há uma desigualdade interna entre mídias fora do eixo Sul-Sudeste (Aguiar, 2018).

No entanto, no contemporâneo, as agências de jornalismo têm se ampliado com projetos que passam por novas formas de financiamento, sobretudo com a intenção de recobrar uma outra relação com a temporalidade, nas relações geopolíticas e com a história nas narrativas jornalísticas. Em nosso mapeamento inicial para o cenário brasileiro, entre os projetos muito distintos em seus editoriais, interesses e produções, estão a Agência Pública, a Agência Mural das Periferias, Agência Queixadas, Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos, ANF - Agência de Notícias das Favelas e Agência de Reportagem.

A questão econômica das agências são, com certeza, fatores que justificam essa emergência, além do potencial multiplicador (Aguiar, 2016) como estratégias para, por exemplo, ampliar a cobertura midiática das periferias por uma perspectiva “de dentro”, a partir da história dos moradores. Ou seja, marcar uma proposta para as relações com o “local” que fissure os olhares muito externalistas, pacificadores e excludentes da episteme moderna-colonial. No caso da Pública, a crônica de Étore Medeiros parece indicar essa relação política com uma perspectiva localizada como referência para o jornalismo, no qual as vivências no território de Barra, o ambiente e as subjetividades não são obliteradas.

Desse modo, gostaríamos de nos ater ao argumento de Julio Ramos (2008), e sua leitura para o texto da crônica de Martí que apresenta uma

temporalidade e uma espacialidade na experiência. Isto é, na “vivência” de um cronista pelo cotidiano das cidades, e por isso, um corpo que vive em uma temporalidade lenta, que constrói memórias, e que se propõe encarnar o cotidiano, e os lugares, próximo de um sentido para a experiência flâneur de Walter Benjamin. Entretanto, é importante ressaltar que na crônica martiniana, o gesto de flanar pela cidade adquire um peso político e histórico, por uma leitura singular para os significados coloniais da América Latina, ou seja, é uma prática crítica e reflexiva. Assim, a escrita de Martí estaria tentando compreender e formular perguntas diante um presente constantemente lacunar, por isso em sua crônica, e sobretudo no livro “Nuestra América”, há um giro epistemológico e geopolítico, ao tomar a América Latina como o “centro” para narrar a história. Gesto que de certa forma, se aproxima da intenção da crônica de Étore Medeiros, em circunscrever o povoado de Barra enquanto a localização “central” para a sua narrativa. Não à toa, o jornalista escolhe de fato partir do território e de sua vivência com os moradores, e não da narrativa do filme Bacurau. O filme é parte da ficcionalização de sua crônica, e não o lugar de centralidade, porém o longa oferece um lugar para repensarmos dinâmicas geoepistemológicas a partir do mapeamento como alternativa tecnológica para o controle pelas visibilidades sobre os territórios, assim como também um mecanismo para se comprovar uma existência.

Já no início de Bacurau assistimos uma imagem da Terra em movimento, através dos satélites do Google Earth, e a partir daí há um zoom até o nordeste do mapa do Brasil, onde está localizado o município de Barra - e a cidade fictícia Bacurau - até que, o frame acompanha o trajeto de um carro na estrada de terra. Em nosso juízo, o movimento da câmera em zoom reforça um território no mapa nacional brasileiro, ou seja,



uma localização e um povoado que, de fato, existem, porém ainda pouco conhecido politicamente por sua cultura e experiências. Esta seria, então, formas de controle e tentativas de apagamento por relações geopolíticas e ferramentas tecnológicas, como por exemplo, os mapas.

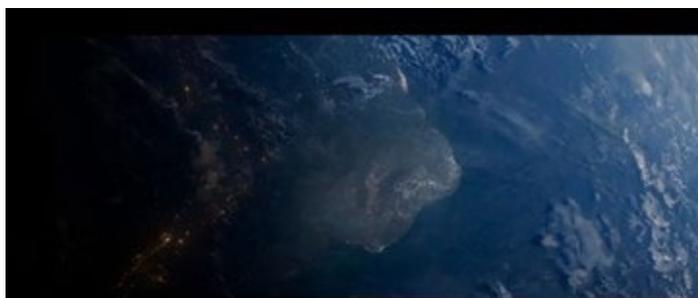


Figura 2: Frame da Terra gravada pelo Google Earth/Zoom até a cidade fictícia Bacurau

Fonte: Reprodução GloboPlay

Desse modo, afirmamos como o território impõe problemas para a epistemologia moderno-colonial, assim como a crônica também recobra um lugar encarnado enquanto produto midiático de uma agência de notícias. No caso da história do

povoado de Barra, em nosso juízo, a crônica e o território oferecem um espaço para se trabalhar também uma reparação histórica, e assim, reforçar uma impronta decolonial. Isto porque a crônica impõe, necessariamente, um recorte político para a presença de uma experiência no cotidiano, e o território é uma forma de corporificar as relações.

Assim, essas identidades indicam complexidades para compreensões ainda ancoradas por uma representação metafísica, como os ideais que uma identidade nacional moderna almeja. Essas ainda são concepções muito estabilizadas e coesas que não aferem esse caráter multiforme ao sujeito, que se expande e se movimenta. No entanto, por mais que a historiografia tente homogeneizar as experiências, o território complexifica e impõe diversos empecilhos ao projeto moderno-colonial. As experiências territoriais quando compreendidas por narrativas que cobram um direito ao tempo, considera os impactos catalisadores deixados pelo projeto e metodologia da colonialidade, refletindo também sobre outras formas e possibilidades de habitar a história.

Nesse sentido, é importante reforçarmos como na história dos países na América Latina, a crônica é forjada na tentativa de assumir uma identidade autônoma diante as ameaças externas e coloniais que também se imprimiam na literatura e na cultura. Para encontrar, de fato, formas de superar os danos da modernização colonial, seria preciso recuperar o que foi perdido, e condensar o disperso (Ramos, 2008). Julio Ramos parte do discurso de um cronista cubano, José Martí, para compreender como a sua crônica retém o medo do progresso e da modernização, e das desigualdades pelas geopolíticas do poder, para lidar com as formas de acessar o passado, entendendo esta temporalidade em sua agência no contemporâneo.

No que tange o texto sobre o povoado de Barra e as estratégias de Étore em relação ao acesso às fontes (arquivos e moradores da região), o passado não é uma temporalidade imóvel, mas um espaço habitável. Assim, a crônica parece surgir em Agência Pública como um problema para a estrutura das agências de notícias, e para as relações externalistas pela figura dos “correspondentes internacionais”. No entanto, é necessário pontuar o trabalho dessas agências como um movimento importante que “disputa” espaços com o saber muito centralizado dos discursos do Norte Global. No Brasil, as agências de notícias atendem a uma rede associada aos conglomerados da imprensa, e continuam a reproduzir relações coloniais-modernas internamente, ao voltarem suas prioridades na distribuição de informação para uma rede no Sudeste-Sul, e sobretudo nas capitais. (Aguiar, 2018, p. 296).

Contudo, Agência Pública, apesar de também ser sediada na capital paulista, demonstra um interesse em tensionar e propor pautas com eixos políticos, e um posicionamento crítico para as desigualdades vivenciadas nos estados nordestinos e nordestinos. Percebemos então, que ao utilizarem como tática as metodologias e estruturas das agências de notícias para o compartilhamento de seus produtos jornalísticos, mobilizam uma restituição histórica diante a tentativa de certos apagamentos pelos valores do jornalismo moderno-colonial, ao fazerem circular outras percepções para a história e a geografia nacional.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O movimento inicial que propomos neste artigo é considerar, e partir a nossa análise da crônica “A gente hoje está no mapa”, as formas da colonialidade de forjar a história, as divisões territoriais, as subjetividades e também o jornalismo. Mas, sobretudo, como a crônica enquanto um produto

jornalístico oferece um espaço para percebermos as muitas contradições entre um discurso colonial e pacificado, e uma prática heterogênea. A crônica seria também um lugar que faz emergir a própria contradição das formações nacionais latino-americanas, e as suas relações socioculturais, como aponta Julio Ramos (2008).

Assim, a crônica como produto jornalístico de agências de notícia do Sul sugere uma antítese que problematiza a relação moderno-colonial, por transitar por um espaço-tempo não estanque e fixado no presente. As estratégias narrativas da crônica são, desse modo, relevantes na proposição de uma revisão histórica decolonial. Desse modo, nos aproximamos de Rita Segato por uma tentativa de nos afastarmos do binarismo (Segato, 2012) muito reproduzido no jornalismo. A crônica, então, oferece um ambiente a ser habitado, não necessariamente propondo conexões, ou relações homogêneas entre as dimensões materiais e imateriais. Por outras palavras, ao passo que Étore habita o espaço simbolicamente e compõe em sua escrita as relações com o ambiente, também produz outras interpretações para quem se depara com a história de Barra.

Especialmente a crônica “A gente hoje está no mapa” seria a malha que não necessariamente conecta, mas que faz emergir questões como: 1) as fontes que são mobilizadas, e quais vozes são amplificadas; 2) nos usos estratégicos dos arquivos; 3) na ambientação com a descrição do cenário, e do povoado de Barra. Neste caso, vale pontuar como Étore ainda recorre à relação da natureza de um sertão nordestino semiárido marcado pela exclusivamente seca, porém os próprios moradores entrevistados refutam este cenário, quando descrevem como o município é um lugar de chuva que auxilia no plantio e colheita de alimentos, mas também de precarização pela inundação das estradas neste período pluvial intenso.



Assim, acreditamos que as perspectivas críticas de Segato (2012) auxilia a refutar o discurso jornalístico binário nas distâncias e hierarquias entre territórios, na suposta não afetação pelo ambiente, a razão e a emoção, na dimensão apartada entre o social e o debate ecológico, e da aceleração do tempo como condição da notícia. Essa percepção

colonial-moderna muito difundida nos discursos jornalísticos atuaria na subjugação e pacificação de tudo que não retorne à sua própria identidade como um fim. Além disso, reforçaria as estabilizações binaristas de temporalidades heterogêneas e experiências territoriais múltiplas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, P. (2016). Agências de notícias, Estados e desenvolvimento: modelos adotados nos países BRICS. *Brazilian Journalism Research*, vol. 12, n. 1.
- (2018). *Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UERJ.
- Carvalho, C. A., Gonçalves, J. S., Carvalho Fonseca, M. G., & Costa, V. S. (2021). Feminismos, colonialidades e violências contra mulheres em suas dimensões comunicacionais. *Revista EcoPós*, 24(1), 139-158.
- Dussel, E. (1994). 1492. El encubrimiento del Otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz: Plural editors.
- Jácome, P. (2020). Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. In: Miranda, Cynthia Mara; Sousa, Maíra Evangelista de; Carvalho, Carlos Alberto de; Lage, Leandro Rodrigues. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG.
- Moraes, F. (2021). Jornalismo, ativismo e sensibilidade hacker: Por uma prática situada que ousa dizer o nome. *Revista Alceu*, v. 21 n. 44.
- Quijano, A. (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Ramos, J. (2008). *Desencontros da Modernidade na América Latina: Literatura e Política no século XIX*, Editora UFMG.
- Segato, R. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES (Online)*, v. 18.
- Sodré, M. (2002). *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- Veiga da Silva, M.; Moraes, F. (2020). Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. *Anais... XXIX Encontro Anual da Compós*. Brasília: Compós.



BREVE CURRICULUM NOMINAL

Bárbara Lima é Doctoranda en Comunicación Social en Programa de Pós-graduação em Comunicação Social UFMG, en Línea de Textualidades Midiáticas. Maestría en Comunicación Social a través de misma universidad. Periodista por la PUC MG.

PARA CITACIÓN DEL ARTÍCULO:

LIMA, Barbara (2023) *“A GENTE HOJE ESTÁ NO MAPA”: A relação da crônica e o território nas agências de jornalismo*”, en Revista Latinoamericana en Comunicación, Educación e Historia. N° 5. Año 5. Pp. 136-148. Red Latinoamericana COMEDHI. Córdoba, Argentina.



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-No Comercial 4.0 Internacional.